

O papel dos intelectuais brasileiros na elaboração de projetos de identidade nacional: o exemplo do baiano Jorge Amado

Carolina Fernandes Calixto*

Resumo: O presente artigo tem o propósito de mostrar como certos discursos e modelos de representação nacional foram sendo elaborados por intelectuais brasileiros de maneira intensamente relacionada aos processos de transformação social, com destaque para momentos de mudança de regime político. O caso do escritor Jorge Amado e do modelo de representação nacional que ele ajudou a criar, ilustra e contribui para uma análise mais aprofundada desta rede de conexões.

Palavras-chave: História Intelectual – Identidade Nacional – Jorge Amado.

Abstract: The present article has for purpose to show as certain speeches and models of national representation had been being elaborated for Brazilian intellectuals in way intensely related to the processes of social transformation, with prominence for moments of regimen change politician. The case of the writer Jorge Amado and the model of national representation that he helped to create, illustrates and contributes for a deepened analysis of this net of connections.

Key-words: Intellectual History – National Identity – Jorge Amado.

Introdução

Este estudo vem ao encontro da forte tendência da historiografia contemporânea que tem buscado valorizar o campo da história dos intelectuais e da história política desde meados da década de 1970. Da mesma forma que a história política, a história dos intelectuais, através de uma renovação historiográfica, superou as objeções que a levavam ao descrédito por ser considerada elitista, superficial, factual, subjetivista e todas as demais características que se opunham diretamente à história econômica, ou das grandes estruturas, corrente de grande força até então¹. O entendimento do intelectual enquanto intérprete ou agente dos processos históricos exercendo o papel de mediador sócio-cultural ou mesmo de agente político, trouxe novos rumos para as pesquisas em torno deste grupo social de identidade múltipla. Para tanto, foi de importância fundamental a abertura do campo a outros ramos do saber, tornando a história dos intelectuais em uma ciência-encruzilhada de natureza interdisciplinar.

No que diz respeito aos limites deste trabalho, importa estabelecer relações entre os intelectuais brasileiros e os processos de formação de sentido, sobretudo o de formação da

* Mestranda em História PPGH/UFF

identidade nacional. Partindo-se do princípio de que em momentos de grandes transformações sócio-políticas o debate acerca do modelo de identidade nacional se acirra e diferentes projetos de representação do país concorrem pela hegemonia, pretende-se analisar de que maneira o intelectual, vinculado a determinadas redes de sociabilidades e culturas políticas, se insere neste quadro. Neste sentido, torna-se interessante definir que conceito de identidade nacional será empregado afim de se evitar o senso comum e assim, eventuais reducionismos.

1. Identidades nacionais e intelectuais

De acordo com estudos recentes no campo das Ciências Sociais, pode-se entender o processo de construção identitária nacional enquanto um “embate dialético” entre os “elementos recorrentes de um repertório cultural” e “a seleção contrastiva, situacional e política de certos valores ou comportamentos”.² Levando-se em consideração que a identidade se define sobretudo pela alteridade, pela diferença em relação ao Outro, torna-se necessário, portanto, uma codificação continuamente renovada das diferenças culturais que definem a distinção dos grupos vizinhos. Neste sentido, a identidade se define também como “um jogo simbólico no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais”³.

Seguindo a tendência da antropologia pós-moderna apontada por Paula Montero, interessa a esse estudo não só interpretar os modelos culturais a partir dos quais os elementos culturais ganham sentido, mas sobretudo entender “a lógica dos interesses que dão poder de mobilização (vida) a essas representações”⁴. Tomando-se o cuidado de não reduzir a questão nacional a um simples artefato político, artificial e superficial, Cecília Azevedo defende a idéia de que a identidade nacional é resultante de uma disputa entre as diferentes histórias sobre a auto-identidade de uma nação pautadas nos diferentes símbolos de sua unidade. Desta forma, porque contingente, plástica, móvel, flutuante e mutável em muitos aspectos, a identidade coletiva teria um caráter múltiplo, fruto da tensão entre projetos e necessidades cocorrentes que se definiria pela conformação conjectural interna e externa à nação.⁵

Partindo-se deste princípio, torna-se mais fácil entender os motivos que tornaram a questão da identidade nacional em objeto de grande preocupação de intelectuais brasileiros desde pelo menos a virada do século XIX. Isto porque, uma “atmosfera de instabilidade e indefinição que envolveu todo o período da decadência do Império e consolidação da República”,⁶ levou uma parte dos letrados brasileiros a despenderem grandes esforços,

(...) na tentativa de determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional.⁷

Kátia Baggio destaca pelo menos duas vertentes de intelectuais que se envolveram na produção de projetos para o “futuro da nação” nesta época: a que valorizava o conservadorismo monárquico e a que defendia o republicanismo liberal como verdadeiro projeto de identidade nacional.⁸ Dentre os adeptos da primeira, pode-se destacar o autor de *A ilusão americana*, Eduardo Prado que via com maus olhos a “importação” do modelo republicano norte-americano pelo Brasil. Isto porque para ele este modelo político não tinha qualidades que justificassem a “cópia”, além do que seria inadequado a uma cultura tão distinta daquela na qual havia sido criado, enquanto que a monarquia, de origens européias, teria dado certo em solo brasileiro e já faria parte da tradição brasileira no final do século XIX.⁹ Intrinsecamente associadas ao monarquismo, as raízes ibéricas eram valorizadas em detrimento dos valores culturais norte-americanos que envolviam o modelo republicano.

Em contraposição a essa corrente havia os que recusavam a herança ibérica portuguesa, associada ao período colonial, à monarquia e ao atraso. A república era considerada então como o caminho natural e necessário de superação do atraso em direção a construção de uma nação “moderna”, “civilizada” e “progressista”. O republicanismo liberal-democrático norte-americano era então o principal modelo a ser seguido. Dentre os expoentes desta vertente se encontram intelectuais como Rui Barbosa, José Veríssimo, Quintino Bacaiuva, Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

Paralelamente a essas formas de pensar, a produção científica e intelectual da época sofreu também grande influência do positivismo, do evolucionismo e do social darwinismo que se baseavam nas concepções racistas vigentes na Europa do final do século XVIII e século XIX segundo as obras de autores como De Pauw, Taine, Spencer, Haeckel, Buckle e Gobineau.¹⁰ Estes teóricos declaravam uma supremacia da civilização branca, européia, cristã e ocidental dentro de uma escala de valores segundo a qual o futuro do Brasil estaria condenado a uma espécie de fatalidade inexorável por ser esta uma terra de negros e mestiços.¹¹ Ao adotarem os parâmetros “meio” e “raça” como centrais para a compreensão dos males do país, a inevitável constatação da mestiçagem do povo brasileiro levava os intelectuais adeptos destas teorias a um impasse.¹² A mistura racial apresentava-se desta forma como um inegável fator de degeneração e declínio da sociedade brasileira que

dificultava a elaboração de uma identidade nacional positiva, bem como a expectativa em um futuro próspero para a nação.

Decerto que houve aqueles que contestaram o paradigma racialista, como é o caso de Manoel Bonfim, que via as teorias raciológicas como não científicas e justificadoras da expansão européia sobre a América. Em linguagem apaixonada, Bonfim escreveu *América latina: males de origem* em resposta à opinião negativa dos europeus sobre os latino-americanos, fazendo um elogio à nação brasileira e a seus mais rebeldes representantes.¹³ Para José Carlos Reis as suas teses rebeldes, solitárias em sua época, abriam o horizonte brasileiro para a integração democrática.¹⁴

Ao fazer recuar potências européias que ameaçavam expandir seu domínio sobre a América Latina, brasileiros teriam decidido a sua sorte e de toda a América do Sul. Ao derrotar grandes potências européias nos séculos XVI e XVII o Brasil teria se constituído como nação. Assim, já no século XVII, este seria uma pátria nova, a primeira da América, que se configuraria sobretudo pela matriz portuguesa e indígena que teriam definido a identidade da nação brasileira na reação ao julgo holandês e francês, e na expansão pelo sertão. Assim, a raiz africana teria sido menos pronunciada do que parece pois o elemento negro teria chegado tarde, só no século XVIII.¹⁵

Apesar da sua impressionante defesa da força da civilização brasileira contra o olhar desanimador dos europeus, Bonfim, assim como todos que articularam seu contradiscurso, foram esquecidos, bem como enfatiza José Carlos Reis ao retomar Aluizio Alves Filho. Bonfim teria sido esquecido por produzir um discurso incômodo às elites, ao pensamento dominante, um discurso que se quis silenciar.¹⁶

Assim, pode-se dizer que para uma grande parcela da elite letrada brasileira, vigorava um sentimento de “não definição do ser nacional”, uma “não identidade da nação” e uma “inadequada e insatisfatória construção de laços com o lugar”¹⁷. Este sentimento ainda se agravava pelo desencanto que assolou uma boa parcela dos intelectuais que ansiava por uma república liberal-democrática, com o alargamento da cidadania, diminuição da miséria e do analfabetismo da sociedade brasileira. Isto porque os rumos que a República vinha tomando com o autoritarismo do período militar e posteriormente, com o estabelecimento de um regime oligárquico conservador teria provocado grande insatisfação neste meio, tal como podemos identificar no discurso de Graça Aranha e de muitos intelectuais já no início do século XX.

Lima Barreto, é um exemplo destes intelectuais que acabaram por pregar ao vento seu discurso liberal-democrático, sem ressonância junto às políticas governamentais¹⁸. Ele denunciou em seus trabalhos literários “as misérias de ser negro ou mulato numa terra que queria ser branca”¹⁹, mostrando a insatisfação das elites com o caráter mestiço da população. Segundo um ponto de vista distinto, Paulo Prado expôs em seu *Retratos do Brasil* as misérias do país advindas da trágica herança lusitana de luxúria e desleixo social que teria ocasionado a mistura das raças e a ruína do país. O efeito deste fenômeno na sociedade brasileira seria a indolência e a passividade da população.²⁰

Apesar de não comungar exatamente com as teorias racistas da época, já que acreditava que a inferioridade dos negros não advinha da sua origem racial, mas sim da desigualdade de oportunidades de desenvolvimento, Paulo Prado via a mestiçagem enquanto uma fatalidade, um dado irrevogável, frente ao qual só restava a acomodação. Ao mesmo tempo, a mistura das raças seria a solução para o caso brasileiro. A ambigüidade residente no pensamento do autor revelaria, como mostra Eliana Dutra, a expectativa do mesmo no processo de suave branqueamento da sociedade.²¹

Entre os autores que tinham por certo a desvantagem proveniente da miscigenação, estão nomes como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues. O caso de Nina Rodrigues, um dos principais nomes da Faculdade de Medicina da Bahia neste período, é bastante exemplar desta tendência compartilhada por boa parcela da elite brasileira. Autor de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Nina desenvolveu a tese de que a “teoria do livre-arbítrio” no Direito não poderia servir de suporte para a Constituição de um país mestiço como o Brasil. Com base em critérios científicos, evolutivos e racistas, negros e mestiços não poderiam ser tratados da mesma forma que os brancos por possuírem uma tendência ao crime. Para tanto, medidas drásticas deveriam ser tomadas como

(...) confinamentos em manicômios, exames médicos minuciosos em busca de atavismos, leis diferenciadas para as quatro “sub-regiões” do país de acordo com a respectiva composição racial e outras medidas “médicas” como a esterilização.²²

Além da influência de tais idéias que dificultavam a formação de uma unidade nacional pelo vínculo da identidade, desde a proclamação da República vivia-se no Brasil a descentralização política e administrativa que significava o fortalecimento do regionalismo. Durante a República Velha, com a Política do Café-Com-Leite, o país foi governado segundo

os interesses locais da região Centro-Sul, de onde as oligarquias paulistas e mineiras sentenciavam a vocação agrária do país, saudando a alta da produção cafeeira.

Com a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, o crescimento das cidades e de novos grupos profissionais e intelectuais no Sudeste, o modelo agrário começou a enfraquecer e um novo ímpeto de reformas e de conciliação do Brasil com a modernidade começou a surgir. O movimento modernista paulista foi bastante singular neste aspecto, pois, mesmo que autores como Paulo Prado não conseguissem produzir um retrato positivo do Brasil, outros autores o fizeram de forma primorosa.

Iniciado com a Semana de Arte Moderna em 1922, o movimento tinha como objetivo a elaboração de um ideário “genuinamente nacional”, que transcendesse as especificidades regionais e garantisse a unidade “espiritual” e territorial da nação. O que os intelectuais e letrados ligados ao movimento empreenderam portanto, foi a “desgeografização” do país. Mário de Andrade, por exemplo, realizou pesquisas folclóricas com o intuito de produzir uma literatura pautada na fusão de sotaques, modismos sintáticos e expressões populares de todas as regiões do país.²³ Entretanto, este mesmo autor, assim como muitos outros, enxergava uma certa supremacia da região Sudeste, tratando de forma bastante preconceituosa o povo nordestino, situando-os a meio caminho entre o primitivo e o civilizado.²⁴

Em contraposição a esse ideário, um outro discurso que parte do referencial inverso ao dos modernistas de São Paulo, vai ser elaborado de forma plenamente articulada no movimento encabeçado por Gilberto Freyre: o Movimento Regionalista. Segundo esta corrente, que deu origem ao “romance de 30”, para se conseguir a unidade devia-se pensar antes a diversidade, e neste sentido, pensar as regiões, e não uma coleção arbitrária de estados, como os verdadeiros elementos constitutivos da nação. Assim, para ser nacional era preciso, antes de tudo, ser regional e pensar o país desta forma, pois deste modo respeitar-se-ia a grande heterogeneidade de um Estado-nação de dimensões continentais tal como já era considerado o Brasil.²⁵

Assentando a identidade nacional no tripé “negritude, mestiçagem e lusitanismo” sob uma ótica extremamente positiva, Freyre ia ao encontro de demandas urgentes no Brasil dos anos 1930. Por enxergar a integração racial, étnica e cultural enquanto um fator de originalidade, ele indicava novas perspectivas de futuro. Além disso, ao atualizar a identidade brasileira frente aos novos tempos, Freyre valorizava a cultura e as tradições populares frente ao materialismo e o cientificismo. Isto porque o “povo” era visto como “uma totalidade

homogênea e autônoma, cuja atividade espontânea seria a mais alta expressão dos valores humanos e o modelo de vida ao qual deveríamos regressar”.²⁶

Mesmo sob a influência modernista, por buscar a reconstrução ou invenção de uma identidade nacional nova e por compartilhar da crença no caráter antropofágico da sociedade brasileira, que garantia a esta a sua originalidade, o autor divergia dos modernistas em muitos pontos.²⁷

Partindo do discurso de Mário de Andrade e de diversos escritores e artistas da Semana de 1922, um outro contraponto pode ser identificado no que se refere à influência estrangeira. Para eles, a influência estrangeira contemporânea não deveria ser negada, mas sim aproveitada ao máximo, pois “significava conhecimento de processos estéticos que engendravam vivências de outras culturas e que poderiam auxiliar na renovação e na elevação do padrão da produção brasileira”²⁸.

Já Gilberto Freyre e os demais regionalistas denunciavam os malefícios do progresso e da importação de costumes e valores estrangeiros, entendidos como aqueles que diferem das raízes brasileiras, marcadas pela contribuição lusitana, africana e indígena. Em relação à possibilidade de padronização decorrente da conquista industrial do mundo, Freyre defendia que:

“O perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação de cultura no continente americano provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para todos os outros povos da América”.²⁹

Essa idéia vai ao encontro da crítica feita ao “hábito que nossas elites têm de arremedar os costumes que julgam modernos”, tendência apontada por Maria Isaura de Queiroz e próxima à noção das “idéias fora do lugar” de Roberto Schwarz, que se refere à “adoção de ideologias alienígenas, que eram então reelaboradas para se adequarem às necessidades locais”.³⁰

Entre os anos 1920 e 1930, conciliar a diversidade regional, com a unidade nacional e superar a mácula da inferioridade étnico-racial da sociedade brasileira era uma demanda que parecia impossível ser realizada. Neste sentido, Gilberto Freyre conseguiu formular soluções a essas questões ao afirmar uma positividade onde antes tudo era visualizado como negativo de forma a justificar o presente e criar esperanças em um futuro que antes parecia improvável.³¹ Por este e outros motivos que o discurso de Freyre se tornou interessante aos propósitos do governo em alguns sentidos. Isto porque O Estado Novo percebia como sendo

fundamental enfrentar o problema étnico e por isso o paradigma racista da sociologia evolucionista foi sendo progressivamente substituído pelo da miscigenação, tal como aludia Freyre. Entretanto, mesmo tendo sido convidado pelo Itamaraty para formular uma política cultural nos anos 40, Gilberto Freyre não viu seu ideário nacional ser plenamente contemplado pelo governo Vargas. Ao defender uma visão de americanidade associada à latinidade, Freyre não via com bons olhos a política da Boa Vizinhança no que se refere ao seu caráter de expansão da “civilização” norte-americana. Assim, por mais que Vargas tivesse se alinhado aos EUA contra o Eixo, ele buscou barganhar algo em troca e internamente, nunca enfrentou a oligarquia regional, se sustentando em um jogo de forças opostas, tanto no âmbito político como no intelectual.

Para além do que já foi dito sobre Freyre, sua percepção da mestiçagem enquanto aspecto positivo da sociedade brasileira influenciou toda uma geração. Informado pelos estudos culturalistas que começavam a surgir na época, o sociólogo pernambucano assentava sua obra no tripé raça, meio e cultura, entendendo esta última como um conjunto de significados, construídos socialmente e partilhados.³² Ele defendia a idéia de que a miscigenação, longe de ser uma maldição, era um bem, um “valor herdado de integração racial, étnica e cultural e se constituía em um fator de originalidade”. A herança de que se trata é a predisposição lusitana ao multiculturalismo e ao cruzamento racial e étnico afirmada historicamente desde a Reconquista e a construção do Império Ultramarino. Essa seria para ele a principal qualidade e importância da raiz lusa, que conciliava o Brasil com seu passado. Assim, mesmo sendo a “mistura de tudo”, o Brasil resultante era algo original, único e exemplar.³³

2. O caso do baiano Jorge Amado

Gilberto Freyre foi sem dúvida uma referência intelectual de relevância singular na vida e obra do escritor Jorge Amado, pois suas idéias podem ser fartamente identificadas no discurso do autor baiano dentro e fora de sua criação literária, principalmente no que se refere à temática da miscigenação. Mesmo que possam ser encontradas divergências políticas no discurso dos dois escritores, o ideário regionalista-nacionalista-mestiço parece ser um forte elo de ligação entre estes e suas obras.

Além disso, há provas de reconhecimento e respeito mútuo entre ambos, como consta em entrevista feita ao autor pernambucano em que este considera Jorge Amado, que era

“muito seu amigo”, como um dos quatro gênios do país.³⁴ O autor baiano, por sua vez, em um de seus manuscritos, refere-se a Freyre como “imenso escritor, de curiosidade desmedida” que “sabia tudo do Brasil e tudo nos ensinou” e a sua obra *Casa Grande e Senzala*, como a “maioridade” da cultura brasileira.³⁵

Jorge Amado entretanto, conseguiu uma publicidade e uma veiculação incomparável mesmo aos trabalhos do sociólogo Freyre por “combinar os elementos, sem receio de contradição ou falta de fundamentação, devido ao álibi de ser ficcionista e não acadêmico”.³⁶ Desta forma, Amado pode ser considerado o maior divulgador das idéias freyrianas por popularizá-las em suas obras.

Através da forma única como retratou o povo brasileiro e de como sua obra transcendeu o campo artístico-literário, Amado é ainda hoje um dos autores brasileiros mais lidos, conhecidos e reconhecidos em âmbito nacional e internacional.³⁷

Tal como Freyre, o escritor sofreu grande influência do movimento modernista dos anos 1920, quando os intelectuais, sobretudo do eixo Centro-Sul, se empenharam em elaborar um projeto de nação alicerçado numa atualização cultural com base em valores modernos vindos do exterior. Entretanto, seguindo a matriz freyriana, o autor vai enveredar pelo caminho do regionalismo, sendo crítico à adoção de valores estrangeiros e identificando os malefícios do progresso.³⁸ Além disso, os regionalistas como ele (Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos,...), alinhados ao chamado “romance de 30”, foram criticados pelos intelectuais paulistas da Semana da Arte Moderna por persistirem no realismo e no naturalismo documental³⁹.

Reconhecido pela ênfase contumaz que dedicava ao saber popular, ao sincretismo religioso e à miscigenação, em todas as suas formas, Jorge Amado nem sempre teve estes ideais tão presentes em seu discurso. Assim, *O País do Carnaval* (1931), seu primeiro livro, por exemplo, é marcado por uma espécie de “pessimismo artificial de jovem de 18 anos”⁴⁰ em relação ao povo brasileiro, próximo ao divulgado pelas idéias racistas do século XIX. O seu personagem principal, Paulo Rigger, por exemplo, pode ser considerado como uma alusão ao “pessimista” Paulo Prado.

Filho de fazendeiro de cacau, Jorge Amado passou a tomar consciência das questões sociais primeiramente pelo contato com os empregados da fazenda de seu pai em Ferradas, distrito do município de Itabuna, na Bahia e depois ao viver “misturado com o povo da Bahia”,⁴¹ por volta de 1927. É nesta época também que o movimento modernista, que explodiu em São Paulo no ano de 1922, “chega” ao Nordeste e o autor, juntamente com

outros literatos, fundam a Academia dos Rebeldes, grupo de jovens cujo objetivo era a renovação literária e a promoção de modificações na sociedade. Apesar do início do contato com a cultura popular e com as idéias modernistas, o próprio romancista considera que o que produziu nesse momento era subliteratura,⁴² uma vez que ainda não teria experiência de vida nem literária.⁴³

Mesmo que cada uma de suas obras represente o homem que Amado foi no momento em que as escreveu, podemos enxergar a unidade do conjunto se considerarmos que, em suas especificidades, elas simbolizam um processo de maturação humana e intelectual de seu criador. Além disso, para o próprio autor, o grande amálgama que vincula e perpassa toda a sua obra advém de seu posicionamento “ao lado do povo, contra os inimigos do povo”.⁴⁴

Assim, em *Jubiabá* (1935), romance que inaugura a fama internacional do escritor, Jorge Amado toca, pela primeira vez, diretamente na questão racial, enxergando-a sob o prisma marxista da luta de classes. Essa temática só alcançará uma reflexão mais profunda em *Tenda dos Milagres* (1969).⁴⁵

Para além da militância política explícita que caracteriza alguns de seus livros, como *O Cavaleiro da Esperança* e *O Mundo da Paz*, a temática-chave principal que definirá a sua obra é sem dúvida a miscigenação, envolvendo o aspecto cultural, étnico e religioso do povo brasileiro. Através de seus romances de cunho folhetinesco, e, destacadamente, pelo uso do humor enquanto arma política (muito mais destrutivo e terrível do que qualquer panfleto político, segundo o próprio)⁴⁶, o autor conseguirá uma penetração dos seus ideais maior do que qualquer trabalho essencialmente panfletário.

Tomando a Bahia enquanto ícone e símbolo de nacionalidade, por ser idealmente o pólo da miscigenação, ele constrói seu ideal de Brasil a partir da cultura popular e da dinâmica social baiana, transpondo-as à nação como um todo, sem deixar de entender as especificidades regionais que o país engloba.

Ao fazer uso de uma linguagem acessível e envolvente, similar à linguagem dos folhetins, tratando de temas populares, e ao exaltar a cultura popular, o discurso de Amado foi sendo adotado pelo povo brasileiro, ainda que boa parcela da população nunca o tenha lido. Seu universo ficcional alcançou visibilidade sobretudo através de outros meios de comunicação que não a literatura, tais como o cinema, a música, seriados, telenovelas, etc.⁴⁷

Além disso, pode-se dizer que um dos pilares de sustentação do seu sucesso e da sua representação de Brasil foi, principalmente, a forma peculiar como conseguiu “captar as identidades sensoriais da cultura popular baiana, seus cheiros, sabores, temperos, padrões de

beleza, formas de sexualidade”. Isso porque além de comunicar, acionar a memória e proporcionar prazer, os sentidos serviriam também como “construções simbólicas, capazes de demarcar fronteiras e categorias e reforçar identidades”.⁴⁸ Como todo artista, portanto, é segundo o modo como trabalha a lógica dos sentidos, que o o romancista sensibiliza o público. Assim,

(...) consegue captar algo profundo do modo popular baiano de apreensão estética e sensível do mundo – que é imediatamente reconhecido pelo leitor brasileiro e fascina o leitor estrangeiro pelo exotismo.⁴⁹

A partir desta análise, pode-se entender a popularização de sua imagem e de sua aldeia imaginária para além do campo literário, por exemplo, ao servir de enredo de escola de samba, temática da coleção de verão de grife de roupa, e também como inspiração para a criação de um megaprojeto turístico que prevê a construção de um parque ecológico que recriaria ambientes e personagens de Jorge Amado, similarmente ao famoso parque Disneylândia de Walt Disney.⁵⁰

É interessante observar que ao mesmo tempo em que o universo amadiano foi criado com base em uma realidade específica, também ajudou a criá-la, a ponto de dar origem ao ditado que questiona se Jorge Amado criou a Bahia ou a Bahia criou Jorge Amado.⁵¹

Para além da imagem que o próprio autor ajudou a construir de si mesmo, ressaltando os aspectos mais antenados com a cultura popular em sua trajetória, a verdade é que ele se nutriu tanto do conhecimento popular quanto do acadêmico e viveu boa parte de sua vida viajando pelo Brasil e o mundo. Conheceu e fez amizades com personalidades de renome internacional, tal como Pierre Verger, Carybé, Lúkács, Pablo Neruda, Jean Paul Sartre, e Léopold Senghor, nacional, como Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Di Cavalcanti e Rachel de Queiroz e também, localmente famosas, como Mestre Didi, Mãe Menininha de Gantois e o pai-de-santo Procópio. Assim, sua rede de relações pessoais englobava indivíduos de nacionalidades, origens sociais e posições político-partidárias diversas.

O campo de influência do romancista e de suas idéias alcançava, por estes motivos, uma penetração ainda maior do que a cultural. Exercendo uma ampla militância jornalística e política, em 1945, Amado se torna candidato à deputado por São Paulo à Assembléia Constituinte, por decisão do Partido Comunista Brasileiro, e é eleito. Dentre suas ações como parlamentar, está a emenda que estabelece a liberdade religiosa e algumas outras em relação à cultura.⁵²

Jorge Amado conseguia, desta forma, transitar entre mundos distintos, tal como a divindade iorubá denominada Exu, que tornara-se seu logotipo, aparecendo no papel timbrado de sua correspondência e na contracapa de seus livros. Por exercer o papel de “agente mediador”, que permite a comunicação de estratos sociais heterogêneos e acaba catalisando criações culturais, “é como se Amado tivesse sido um divulgador, um vulgarizador científico, que transitava entre duas esferas, a do saber erudito e a do saber popular”.⁵³ Ao misturar conscientemente o que lia, vivia e escutava, o romancista “borrava” as fronteiras entre mito e história, âmbitos estes que possibilitam respectivamente a continuidade e a transformação das sociedades.⁵⁴

Partindo deste princípio, compreende-se melhor como que um militante do Partido Comunista, marxista e materialista, se uniria tão harmonicamente ao misticismo popular e às crenças religiosas, sobretudo àquelas representadas pelos cultos afro-brasileiros. Confundindo-se com seu personagem Pedro Archanjo, de *Tenda dos Milagres*, o autor diz que mesmo sendo materialista, seu materialismo não o limita. Além de afirmar que cumpria com o maior prazer as obrigações exigidas pelos títulos recebidos do candomblé, também relata que:

(...) não poderia escrever sobre a Bahia, ter a pretensão de ser um romancista da Bahia se não conhecesse realmente por dentro, como eu conheço, os candomblés, que é a religião do povo da Bahia.⁵⁵

Tendo tudo isto em vista, a obra que melhor encerra em si a visão de mundo e a representação de Brasil projetada por Jorge Amado é *Tenda dos Milagres*. Considerado por muitos críticos e intelectuais como paradigmático,⁵⁶ o romance se destaca também por ser o mais estimado pelo seu criador, no conjunto de sua produção literária.⁵⁷

Enquanto uma obra da maturidade, publicada no ano de 1969, o próprio autor assim a sintetizava:

(...) trata-se da questão da formação da nacionalidade brasileira, da luta contra os preconceitos, principalmente o racial, contra a pseudociência, a pseudo-erudição europeizante (...)⁵⁸

Neste, que também seria um romance de tese, onde a idéia da miscigenação aparece sob sua forma mais complexa, o objetivo do autor seria “contrapor os valores morais, religiosos e estéticos da cultura afro-brasileira ao artificialismo de uma modernização” que se caracterizaria pela influência de modelos culturais estrangeiros,⁵⁹ sobretudo o norte-americano.

Ressaltando-se ainda o momento de sua produção e publicação, *Tenda dos Milagres* oferece a este estudo um bom caminho para se entender a dinâmica da redefinição da identidade nacional que, em momentos de grandes transformações sociais, se torna alvo de disputa.

O ano de 1969, neste caso, está associado a um período de implantação de um novo modelo político e sócio-econômico no Brasil, que implicava em novas representações da nacionalidade, sob o comando de tecno-burocratas e militares, que se configuravam enquanto tipos representativos das elites estratégicas capazes de abrir novos rumos para o país e reconfigurar a brasilidade.⁶⁰

Compreendendo a cultura como elemento fundamental de coesão nacional, o governo militar brasileiro, por meio do controle do aparelho de Estado, incentivou e difundiu um novo *ethos* para a nação que fosse condizente com o processo de modernização em curso. A identidade nacional a ser formada, deveria estar de acordo com o *ethos* capitalista, como forma de afastar a “ameaça comunista” e promover o desenvolvimento do país a curto prazo.

Como forma de construir um campo de aceitação às transformações econômicas, sociais e culturais que estavam sendo e que seriam empreendidas segundo o modelo da modernização capitalista, mentalidades consideradas cosmopolitas e que ao mesmo tempo não deixavam de se apoiar em traços distintivos da identidade nacional foram valorizadas e incorporadas pelo projeto nacional “oficial”.⁶¹

Desta forma, o Estado procurava neutralizar as diferenças e eliminar as divergências, objetivando uma certa homogeneização interna que reforçasse uma imagem de nação na qual todos se identificassem. Neste sentido, o “mito” da democracia racial “caía” muito bem, pois pautando-se numa identidade mestiça e plástica, os conflitos e as diferenças internas poderiam ser abafados. Além disso, essa característica cosmopolita da constituição nacional, tal como sugeriram muitos autores, poderia ser relacionada ao caráter antropofágico da cultura brasileira, segundo o qual a idéia da “deglutição” e “digestão” seletiva de idéias e práticas estrangeiras fariam parte do próprio processo de formação cultural brasileiro.⁶²

Assim, a democracia racial chegou a ser utilizada inclusive como discurso oficial do regime militar, bem como havia ocorrido no governo Vargas, ao servir de cimento simbólico da integração nacional promovida pela ideologia da Segurança Nacional. Isto porque a idéia do Brasil “cadinho de raças”, promovida pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), criado por Castelo Branco em 1966 tinha como objetivo valorizar a harmonia racial e social da nação brasileira.⁶³ Tatyana de Amaral Maya, em seu estudo dedicado ao CFC, ao mesmo tempo em

que mostra a importância da participação de Gilberto Freyre neste órgão, enfatiza que um discurso “otimista” e “regionalista” da identidade nacional associado à mestiçagem

(...) foi habilmente incorporado como política de Estado e pode ser observado nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação, buscando reforçar no imaginário social uma idéia do Brasil como um país unido, pacífico, em desenvolvimento.⁶⁴

É bastante provável que uma possível associação a este ideal tenha sido um motivo para que nem *Tenda dos Milagres* nem nenhum dos livros de Jorge Amado fosse apreendido ou censurado pelos órgãos militares apesar de apresentarem um discurso que na época claramente poderia ser enquadrado como “subversivo”. Soma-se a isso o fato de a esquerda rechaçar tanto Jorge Amado como Gilberto Freyre por considerá-los conservadores, já que insistiam numa caracterização identitária brasileira positiva. Isto era incômodo em um momento de grandes tensões sociais, quando se esperava que os intelectuais, sobretudo os de esquerda, realçassem os conflitos sociais em suas produções e estimulassem a luta de classes.

Em uma adaptação para o cinema por Nelson Pereira dos Santos, *A Tenda* teria sido inclusive elogiada pelos mesmos aparelhos repressores, que classificaram-na como “de boa qualidade” e “livre para a exportação”. Além disso, o filme honraria a indústria cinematográfica nacional pelo seu enredo e pela atuação técnica dos atores, sendo apropriada para jovens maiores de dezesseis anos. A crítica que é feita se restringe às cenas eróticas e à cena de assassinato de um policial, “sem motivo”. Assim, a liberação da película se deu pela prevalência das “mensagens positivas” que veiculava.⁶⁵

Em entrevista, o escritor disse só ter tido problemas com os censores em jornais e revistas, onde partes de suas obras chegaram a ser censuradas.⁶⁶Soma-se a isto, o próprio posicionamento de Amado explicitamente contrário ao regime militar. Isto não só pela sua trajetória político-partidária de esquerda, como também pelo seu discurso de rejeição à ditadura, veiculado tanto em entrevistas da época como em seus livros. Além de *Tenda dos Milagres*, onde o contexto ditatorial aparece como pano de fundo de uma das narrativas, *Farda Fardão e Camisola* parece ser a obra em que o romancista falou sobre os militares de uma forma mais específica, tal como ele mesmo enfatizou em entrevista, lembrando um trecho satírico do livro:

“— ... Quem pode votar em tamanho monstro? Pobre General... Por que virou ruim assim, tão de repente?
— Não é ruim, é General.”⁶⁷

Para além da identificação com a idéia da democracia racial, um outro possível motivo para que Jorge Amado não ter sido “incomodado” pelos militares, pode ser o fato de ele já ser naquele momento, um escritor internacionalmente reconhecido e também, especialmente, pela forma como construiu a sua teia de relações pessoais, tal como é possível constatar em sua fala:

(...) nunca fui amigo de ninguém simplesmente por ser seu adversário político. Também nunca fui amigo de ninguém simplesmente por ser seu correligionário político. Tenho amigos que pensam ou pensavam como eu e tenho amigos ... pessoas queridíssimas ...que pensam de maneira inteiramente diversa. E acho que isso é bom.⁶⁸

De todo modo, acredito que somente uma leitura superficial da *Tenda dos Milagres* tenha feito com que os militares identificassem nela o projeto de nação ao qual se propunham a reificar. Isto porque, a meu ver, Jorge Amado deixou expresso nesta obra que, mesmo com tudo o que o progresso poderia estar oferecendo de positivo, como a atenuação de desigualdades e distâncias culturais entre regiões⁶⁹, havia uma massa de excluídos que não participava dos benefícios do tão enunciado desenvolvimento. Neste sentido, me parece que o momento do romance que melhor ilustra esta percepção do autor é quando o Major Damião discursa na sessão solene do centenário de Archanjo lembrando dos “excluídos da festa”, aqueles com os quais o finado mais se preocupava.

Mesmo que aluda constantemente a uma harmonização racial por meio da miscigenação, já que considera que assim a desigualdade de oportunidades entre brasileiros deixaria de ser um problema de cor, Amado enfatiza que a questão sócio econômica tenderia a prevalecer então sobre a racial nos “tempos modernos”, tal como sugere a seguinte passagem:

Cada um com sua sina, meu bom. Os moleques dessa rua, camarado, vão se dividir, cada um o seu destino. Alguns calçarão sapatos, usarão gravata, doutores de Faculdade. Outros prosseguirão aqui, com a bigorna e o malho. A divisão de branco e negro, meu bom, se acaba na mistura, em nossa mão já acabou, compadre. A divisão agora é outra e quem vier atrás feche as cancelas.⁷⁰

Jorge Amado parece prever que com o processo de modernização e a incorporação de valores como o individualismo, a elevada crença no cientificismo e no racionalismo, segundo a matriz norte-americana, determinados laços de identidade com o passado estariam fadados ao esquecimento ou ao desaparecimento. Por isso a exaltação do passado como “fonte de

sabedoria”, pois lá se encontraria inspiração para a construção simbólica de uma identidade nacional pautada em valores verdadeiramente válidos, fundamentais para a construção identitária da sociedade brasileira.⁷¹

De fato o governo militar não aderiu completamente ao modelo norte-americano, pois em muitos aspectos era conflitante em relação ao projeto de identidade nacional que buscou promover. Isto porque o modelo da modernização inferiorizava os países periféricos por supostamente serem primitivos, porque nestes subsistiriam os traços de um passado arraigado nas “tradições”, no misticismo e na crença popular, que eram vistos negativamente à luz do cientificismo. Além disso, por ser elaborada enquanto um padrão universal, a modernização carregava enquanto valor implícito a idéia da superioridade cultural norte-americana, que poderia ser tomada como justificativa para dominação política.

Enquanto os teóricos da modernização viam interferências necessárias entre os âmbitos econômico, político e social, o governo militar procurava isolar esses termos, sem se submeter a qualquer fórmula dada, mas antes de tudo inventando a sua própria. Como exemplo disto, pode-se citar o caso da democracia relativa proposta por Geisel e também a idéia de um processo de distensão “lenta, gradual e segura” e não no ritmo das supostas necessidades do crescimento da produção industrial.

Não se pode subestimar a influência norte-americana sobre o Brasil durante o regime dos militares, mas certamente se pode dizer que este processo não foi isento de restrições, contradições e negociações, tal como o exemplo do baiano Jorge Amado e sua *Tenda dos Milagres* nos ajuda a entender.

¹ Jean-François Sirinelli, “Os intelectuais”, Idem (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 232-237.

² Ilana Seltezer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, São Paulo: Editora Senac, 2003, p.32.

³ Paula Montero, *Novos estudos CEBRAB*, nº 49 (novembro 1997), p. 63.

⁴ *Idem, ibidem*, p.64.

⁵ Cecília Azevedo, “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”, ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.), *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 43 e 44.

⁶ Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 2ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, p. 106.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 106.

⁸ Kátia Gerab Baggio, *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 25.

⁹ Lúcia Lippi Oliveira, “Eduardo Prado: a ilusão americana”, Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, São Paulo, Editora SENAC, 1999, v. 1, p. 147.

¹⁰ Kátia Gerab Baggio, *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, op. cit. pp. 26, 27, 28 e 29.

- ¹¹ Sara Jatahy Pesavento, “Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre”, AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2004, p. 177.
- ¹² Kátia Gerab Baggio, *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, op. cit., pp. 27 e 28.
- ¹³ José Carlos Reis, “Manoel Bonfim e a identidade nacional brasileira”, Marcos Antônio Lopes (org.), *Grandes Nomes da história intelectual*, São Paulo, Contexto, 2003, p. 494
- ¹⁴ *Idem, ibidem*, 499.
- ¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 498 e 499.
- ¹⁶ A. Alves Filho, *Pensamento político no Brasil; Manoel Bonfim, um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979 *apud* José Carlos Reis, Manoel Bonfim e a identidade nacional brasileira, op.cit., p. 500.
- ¹⁷ Eliana Dutra, “O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, pp. 233-252.
- ¹⁸ Kátia Gerab Baggio, *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, op. cit., p. 23.
- ¹⁹ Sara Jatahy Pesavento, “Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre”, AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, op. cit., p.178.
- ²⁰ *Idem, ibidem*, p. 179.
- ²¹ Eliana Dutra, “O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil”, *Estudos Históricos*, op. cit., pp. 233-252.
- ²² Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil Best Seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, op. cit. p. 176.
- ²³ *Idem, ibidem*, p. 101.
- ²⁴ *Idem, ibidem*, p. 102.
- ²⁵ Ruben George Oliven, “Gilberto Freyre e a questão regional”, AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, op. cit., p. 194, 195 e 196.
- ²⁶ *Idem, ibidem*, p. 194, 195, 196 e 199.
- ²⁷ *Idem, ibidem*, p. 194 e Sandra Jatahy Pesavento, “Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre”, *ibidem*, p. 182.
- ²⁸ Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, op. cit., p. 101.
- ²⁹ Gilberto Freyre, “Universidade e diversidade, nação e região”, *Interpretação do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, pp. 140 e 141 *apud* Ruben George Oliven, “Gilberto Freyre e a questão regional”, AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, op. cit., p.196.
- ³⁰ Maria Isaura Pereira de Queiroz, “Do rural e do urbano no Brasil”, QUEDA, Oriowaldo e SZMERESÁNY, Tamás (orgs.), *Vida rural e mudança social*, São Paulo, Editora Nacional, 1973 e Roberto Schwarcz, “As idéias fora do lugar”, Roberto Schwarcz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1977 *apud* Ruben George Oliven, “Gilberto Freyre e a questão regional”, AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, op. cit., p. 197 e 198.
- ³¹ Sandra Jatahy Pesavento, “Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre”, AXT, Gunter e SCHÜLER (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, op. cit., p. 179.
- ³² *Idem, ibidem*, p. 189.
- ³³ *Idem, ibidem*, p. 180.
- ³⁴ Os outros seriam ele próprio, Villa-Lobos e Aleijadinho. *Apud* Moema Selma D’Andrea, *A tradição (re)descoberta*, Campinas, Unicamp, 1992, p. 204.
- ³⁵ Jorge Amado, “Dois mestres”, manuscrito 640, pasta 22 do acervo da FCJA, 1987, *apud* Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, op. cit., p. 109.
- ³⁶ *Idem, ibidem*, p. 294.
- ³⁷ *Idem, ibidem*, p. 20.
- ³⁸ Ruben George Oliven, “Gilberto Freyre e a questão regional”, AXT, Gunter e SCHÜLER (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, op. cit., p.196.
- ³⁹ Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, op. cit., p. 100.
- ⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.123.
- ⁴¹ Álvaro Cardoso Gomes, *Jorge Amado: literatura comentada*, 1ª ed, São Paulo, Abril Educação, 1981, p. 10.
- ⁴² *Idem, ibidem*, p.11.
- ⁴³ *Idem, ibidem*, p. 16.
- ⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 29.
- ⁴⁵ Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, op. cit., p. 141.

- ⁴⁶ Jorge Amado, *apud* Álvaro Cardoso Gomes, *Jorge Amado: literatura comentada*, *op. cit.* p. 30.
- ⁴⁷ Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, *op. cit.*, p. 298.
- ⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 241 e 242.
- ⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 243.
- ⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233.
- ⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 257.
- ⁵² Álvaro Cardoso Gomes, *Jorge Amado: literatura comentada*, *op. cit.*, pp. 22 e 23.
- ⁵³ Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, *op. cit.*, pp. 55, 56, 57 e 58.
- ⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 295.
- ⁵⁵ Jorge Amado, *apud* Álvaro Cardoso Gomes, *Jorge Amado: literatura comentada*, *op. cit.* p. 11.
- ⁵⁶ Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, *op. cit.*, p.173.
- ⁵⁷ Jorge Amado, *apud* Álvaro Cardoso Gomes, *Jorge Amado: literatura comentada*, *op. cit.* p. 11.
- ⁵⁸ Jorge Amado, *apud* Alice Raillard, *Conversando com Jorge Amado*, Rio de Janeiro, Record, 1992, p.105 *apud* Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, *op. cit.* p. 173.
- ⁵⁹ Humberto Luiz L. De Oliveira, “Celebração da heterogeneidade: imagens do outro nas ficções literárias do Brasil, Quebec e Turquia”, OLIVEIRA, Humberto Luiz de e SOUZA, Lícia Soares de (orgs.), *Heterogeneidades: Jorge Amado em diálogo*, 2ª ed., Feira de Santana, UEFS, 2003, p.162.
- ⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.161.
- ⁶¹ Humberto Luiz L. De Oliveira, *Heterogeneidade: Jorge Amado em Diálogos*, *op. cit.*, p.130, 131 e 134.
- ⁶² Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, *op. cit.*, p. 275.
- ⁶³ *Idem, ibidem*, p. 274.
- ⁶⁴ Tatyana de Amaral Maia, “‘Otimismo’ e ‘Regionalismo’: as faces da ação estatal no setor cultural (1966-1975)”, *Diálogos*, Rio de Janeiro, vol 2 (junho 2008), nº 2, UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008, pp. 140 e 141.
- ⁶⁵ Denise Assis, “Filmes que o Brasil não viu”, disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp0602200293.htm, acesso em: 13/06/2008.
- ⁶⁶ Álvaro Cardoso Gomes, *Jorge Amado: literatura comentada*, *op. cit.*, p. 33.
- ⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 30.
- ⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 15.
- ⁶⁹ Jorge Amado, *Tenda dos Milagres*, 36. ed., Rio: Record, 1987, p. 61.
- ⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 310.
- ⁷¹ Humberto Luiz L. De Oliveira, *Heterogeneidades: Jorge Amado em diálogo*, *op. cit.*, p.140.

Bibliografia

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 36. ed., Rio: Record, 1987.

_____. “Dois Mestres”. manuscrito 640, pasta 22 do acervo da FCJA, 1987.

ASSIS, Denise. “Filmes que o Brasil não viu”. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp0602200293.htm. Acesso em: 13/06/2008.

BAGGIO, Kátia. *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DUTRA, Eliana. “O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil”. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), vol 14, n. 26 (2000), p. 233-252.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

GOMES, Álvaro Cardoso. *Jorge Amado: literatura comentada*. 1. ed., São Paulo: Abril Educação, 1981.

MAIA, Tatyana de Amaral. “Otimismo” e “Regionalismo”: as faces da ação estatal no setor cultural (1966-1975). *Diálogos* (Rio de Janeiro), vol 2, n. 2 (junho 2008), UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 135-145.

MONTERO, Paula. “Globalização, identidade e diferença”. *Novos estudos CEBRAB*, n. 49 (novembro 1997), p. 47-64.

AZEVEDO, Cecília. “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

OLIVEIRA, Humberto Luiz L. de. “Celebração da heterogeneidade: imagens do outro nas ficções literárias do Brasil, Quebec e Turquia”. In: OLIVEIRA, Humberto Luiz de e SOUZA, Lícia Soares de (orgs.). *Heterogeneidades: Jorge Amado em diálogo*. 2. ed., Feira de Santana, UEFS, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Eduardo Prado: a ilusão americana”. In: Lourenço Dantas Mota (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, São Paulo: Editora SENAC, 1999, v. 1.

OLIVEN, Ruben George. “Gilberto Freyre e a questão regional”. In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

PESAVENTO, Sara Jatahy. “Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre”. In: AXT, Gunter e SCHÜLER (orgs.). *Intérpretes do Brasil*, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

REIS, José Carlos. “Manoel Bonfim e a identidade nacional brasileira”. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes Nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: Remond, Réne (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.